

Formação Docente em EaD para a Educação Inclusiva: Análise dos Cursos de Extensão da Fundação Cecierj (2023-2025)

Teacher Training in Distance Education for Inclusive Education: Analysis of Extension Courses at Fundação Cecierj (2023–2025)

ISSN 2177-8310
DOI: 10.18264/eadf.v15i2.2574

Annie Gomes REDIG^{1*}
Alexandre Botelho JOSÉ²
Adriana da Silva Maria PEREIRA²

¹ Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro-RJ, BRASIL.

² Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro-RJ, BRASIL.

*annieredig@yahoo.com.br

Resumo

Este estudo analisa a demanda e as temáticas dos cursos de Formação Continuada de Professores na temática da Educação Especial e Inclusiva ofertados pela Fundação Cecierj, no formato da Educação a Distância (EaD), entre os anos de 2023.2 e 2025.1, visando compreender o papel da formação continuada na qualificação docente para práticas pedagógicas inclusivas. Utilizando pesquisa documental com abordagem qualitativa, analisaram-se dados institucionais de inscrição nos cursos. Os resultados indicaram crescente procura por temas como Plano Educacional Individualizado (PEI), Acessibilidade Curricular e Altas Habilidades/Superdotação, refletindo a busca docente por subsídios para atender às demandas da inclusão escolar, alinhada aos marcos legais como a Lei Brasileira de Inclusão. A diversidade temática dos cursos demonstra esforço institucional em contemplar eixos do Atendimento Educacional Especializado. Conclui-se que os dados sugerem que a EaD tende a se consolidar como via relevante para a formação continuada em educação inclusiva, apesar de os desafios de acesso e articulação, reforçando a necessidade de propostas pedagógicas críticas e contextualizadas que valorizem a escuta e os saberes docentes para efetivar o direito à educação de qualidade para todos.

Palavras-chave: Formação docente. Educação a distância. Educação inclusiva. Educação especial.



Recebido 20/05/2025
Aceito 18/08/2025
Publicado 02/09/2025

Editores responsáveis:
Márcia Denise Pletsch
Andrea Velloso
Klaus Schlunzen Junior

COMO CITAR ESTE TRABALHO

ABNT: REDIG, A. G.; JOSÉ, A. B.; PEREIRA, A da S. M. Formação Docente em EaD para a Educação Inclusiva: Análise dos Cursos de Extensão da Fundação Cecierj (2023-2025). **EAD em Foco**, v. 15, n. 2, e2574, 2025. doi: <https://doi.org/10.18264/eadf.v15i2.2574>

Teacher Training in Distance Education for Inclusive Education: Analysis of Extension Courses at Fundação Cecierj (2023–2025)

Abstract

This study analyzes the demand and themes of Continuing Teacher Education courses on Special and Inclusive Education offered by Fundação Cecierj in Distance Education (DE) format between the second semester of 2023 and the first semester of 2025, aiming to understand the role of continuing education in teacher qualification for inclusive pedagogical practices. Using documentary research with a qualitative approach, institutional course enrollment data were analyzed. Results indicated growing interest in topics such as Individualized Educational Plan (IEP), Curricular Accessibility, and High Abilities/Giftedness, reflecting teachers' search for resources to meet school inclusion demands, aligned with legal frameworks such as the Brazilian Inclusion Law. The thematic diversity of courses demonstrates institutional effort to address key areas of Specialized Educational Services. The study concludes that Distance Education is becoming established as a relevant pathway for continuing education in inclusive education, despite challenges related to access and coordination, reinforcing the need for critical and contextualized pedagogical proposals that value teacher input and knowledge to realize the right to quality education for all.

Keywords: *Teacher training. Distance education. Inclusive education. Special education.*

1. Introdução

A consolidação da Educação a Distância (EaD) como política pública no Brasil tem reconfigurado significativamente os modos de acesso à formação docente, especialmente para professores da rede pública que buscam qualificação continuada em regiões distantes dos grandes centros urbanos. Em um país marcado por profundas desigualdades territoriais e educacionais, a EaD emerge como alternativa viável e necessária, especialmente se orientada por princípios de qualidade, inclusão e acessibilidade.

Paralelamente, o fortalecimento de marcos legais e normativos, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão, também conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146 (Brasil, 2015), tensiona os sistemas de ensino a reverem suas práticas e investirem na qualificação de seus profissionais para o exercício de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Nesse cenário, o presente estudo propõe-se a analisar os dados referentes à oferta e à procura dos cursos de extensão promovidos no Programa de Formação Continuada de Professores pela Fundação Cecierj¹, buscando compreender como a capacitação docente, na modalidade EaD, tem dialogado com os desafios impostos pela inclusão escolar. Parte-se do pressuposto de que a formação docente deve

1 A **Fundação Cecierj** (Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro) é uma instituição pública vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, que oferece cursos de graduação a distância por meio do *Consórcio CEDERJ*, em parceria com universidades públicas fluminenses. Também promove cursos de extensão, programas de especialização e ações de formação continuada para professores, com o objetivo de ampliar o acesso à educação superior e à qualificação profissional.

dialogar com o contexto real de atuação, marcado por desafios como a diversidade de necessidades dos estudantes e a escassez de recursos, exigindo dos educadores adaptação contínua de suas práticas.

A formação que se pretende, portanto, é aquela que reconhece os sujeitos que aprendem e que ensinam, que valoriza os saberes da experiência e que se constrói em movimento, a partir da escuta, do diálogo e do compromisso com a equidade. Essa compreensão encontra respaldo em estudos que evidenciam a importância da empatia sensível ao professor cursista e da mediação pedagógica como elementos centrais para uma formação que se conecta com o chão da escola e com os dilemas concretos do cotidiano docente (Dutra *et al.*, 2022).

Como discutem Redig e Mascaro (2021), a escuta ativa das demandas dos docentes permite que as formações se alinhem às urgências do cotidiano escolar, o que explica a forte procura por temas ligados à educação inclusiva nos cursos analisados. Nesse sentido, os dados revelam que os temas mais procurados nos cursos analisados não são aleatórios: refletem inquietações reais e necessidades prementes da prática docente, como a elaboração de planos individualizados, o uso de recursos acessíveis, a mediação de tecnologias assistivas e a construção de ambientes escolares mais justos e acolhedores.

Como apontam Dutra *et al.* (2021), durante a pandemia de COVID-19, a Fundação Cecierj reestruturou suas ações formativas com base em uma pedagogia da escuta e do acolhimento, adotando medidas como a flexibilização de prazos, o fortalecimento das atividades síncronas e a atuação sensível de mediadores(as) comprometidos com o cuidado pedagógico. Essas adaptações não apenas asseguraram a continuidade dos cursos, mas também fortaleceram o sentimento de pertencimento entre os cursistas, consolidando a formação como um espaço de apoio e reconstrução coletiva.

Essa perspectiva está alinhada ao que preconiza a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), ao reconhecer, entre os deveres do Estado, a oferta de formação inicial, continuada e em serviço a todos os profissionais da educação, assegurando práticas pedagógicas inclusivas e estratégias acessíveis (Art. 28, incisos X e XI). O Estatuto destaca a importância de preparar os educadores para atender às diversas necessidades dos estudantes com deficiência, promovendo ambientes escolares que respeitem a diversidade e garantam o direito à aprendizagem efetiva. Tal diretriz reforça que a qualificação docente não é apenas condição para a efetivação de uma política de inclusão, mas, sobretudo, um compromisso ético e social com o direito de todos à educação de qualidade, equitativa e livre de barreiras.

O presente artigo tem como objetivo geral analisar a demanda e os impactos dos cursos de extensão da Fundação Cecierj na formação continuada de professores para a educação inclusiva, considerando os desafios e as potencialidades da EaD no desenvolvimento de práticas pedagógicas acessíveis. Especificamente, busca-se: **(i)** identificar as temáticas mais procuradas e sua relação com a formação docente para a inclusão; **(ii)** analisar a evolução da oferta e da adesão aos cursos; e **(iii)** refletir sobre os sentidos atribuídos a essas formações a partir da leitura dos dados institucionais disponíveis.

Este estudo se insere em um contexto de crescente demanda por atualização profissional em educação inclusiva, potencializada pela expansão da modalidade EaD e pela urgência de políticas públicas que garantam o direito à educação de qualidade para todos. A partir dessas premissas, analisam-se os dados institucionais dos cursos de extensão ofertados, buscando identificar como tais formações têm respondido a essas necessidades educacionais. Para investigar essas questões, adotou-se a seguinte metodologia.

2 A **pandemia da COVID-19**, declarada oficialmente pela *Organização Mundial da Saúde* em março de 2020, foi causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e resultou em uma crise sanitária global, com impactos significativos nas áreas da saúde, educação, economia e relações sociais.

2. Metodologia

A presente investigação, de abordagem qualitativa e natureza documental, ancora-se em um percurso analítico que considera os dados institucionais da Fundação Cecierj como fontes legítimas para a interpretação das políticas de formação docente em EaD, com ênfase nas temáticas voltadas à inclusão escolar.

A pesquisa documental é aqui compreendida como um procedimento metodológico que articula dimensões técnicas, analíticas e epistemológicas, mobilizando documentos que, mesmo não tendo sido produzidos com fins investigativos, tornam-se fontes centrais para compreender as lógicas e os sentidos que atravessam a formulação, a implementação e a adesão a determinadas ações formativas (Fávero; Centenaro, 2019).

Essa abordagem desloca a concepção tradicional de documento como mero repositório factual e o assume como testemunho de práticas, disputas e políticas em curso. Conforme apontam Fávero e Centenaro (2019), inspirados em Esteban (2010) e Evangelista (2012), o processo de análise documental exige do pesquisador uma postura ativa, reflexiva e situada diante do *corpus*, reconhecendo que a produção do conhecimento resulta da relação dialógica entre pesquisador, documento e teoria.

O corpus empírico da pesquisa é composto por planilhas institucionais sistematizadas pela Fundação Cecierj, contendo o número de inscritos por curso e por período letivo, no intervalo de 2023.2 a 2025.1. O Programa de Formação Continuada de Professores, ofertado pela Fundação Cecierj, consiste em cursos gratuitos com carga horária de 30 horas cada, organizados em formato totalmente a distância. Os cursos são oferecidos três vezes ao ano e, ao concluir quatro disciplinas, totalizando 120 horas, o cursista tem direito a um certificado de Aperfeiçoamento. As exigências para a certificação, bem como outras informações relevantes, estão previstas no edital de cada edição do programa.

O programa está estruturado em sete áreas de concentração: Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Educação Especial e Inclusiva, Linguagens e Códigos, Matemática, Prática Docente e Tecnologia Educacional. No **Gráfico 1** é possível perceber a evolução de inscritos nessas áreas, o que demonstra a flutuação de inscrições no conjunto dessas áreas.

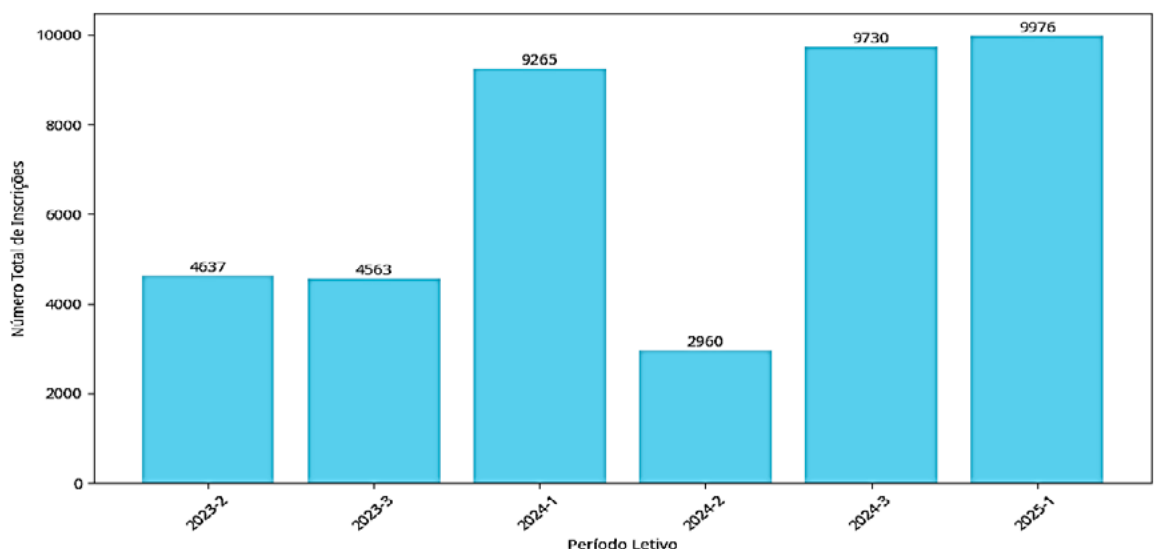


Gráfico 1: Evolução do número total de inscrições em todos os cursos de Extensão (2023.2-2025.1)

Fonte: Dados institucionais da Fundação Cecierj (2023-2025).

Para este estudo, foi selecionada a área de Educação Especial e Inclusiva, criada no segundo trimestre de 2023 (2023.2), inicialmente com a oferta de três disciplinas. Desde então, houve ampliação da oferta,

mantendo-se uma média de 150 vagas por disciplina. A seleção dos cursistas prioriza professores da rede pública de ensino do estado do Rio de Janeiro.

Embora em trimestres anteriores já houvesse disciplinas voltadas à temática da educação inclusiva, foi apenas a partir de 2023.2 que essa área passou a constituir uma linha de formação específica no programa, o que reflete um avanço institucional na organização das temáticas formativas relacionadas à inclusão. Desta forma, a análise dos dados foi realizada em duas etapas interdependentes:

- A primeira consistiu na organização dos dados em tabelas e gráficos descritivos, com o objetivo de identificar a evolução da demanda pelos cursos, as temáticas com maior adesão e a distribuição das inscrições ao longo dos trimestres. Essa sistematização inicial permitiu a visualização de padrões de procura e a identificação de focos temáticos recorrentes no campo da inclusão.
- A segunda etapa compreendeu uma análise interpretativa dos dados, com base na Técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2021), orientada por categorias emergentes relacionadas aos sentidos da formação continuada, às estratégias inclusivas adotadas nas práticas docentes e à EaD como política de qualificação docente em larga escala.

Nessa direção, a análise dos dados aconteceu por meio de elaboração de três categorias temáticas: **(1)** Tendências da demanda por formação em educação inclusiva; **(2)** Relação Entre Temas Ofertados e Práticas Pedagógicas Inclusivas e **(3)** Desafios e Potencialidades da EaD na Formação de Professores.

A definição dos procedimentos metodológicos adotados neste estudo foi fundamental para garantir a consistência e a relevância da análise proposta, especialmente diante da complexidade que envolve a formação docente em EaD para a educação inclusiva. Ao optar pela pesquisa documental com abordagem qualitativa, buscou-se não apenas descrever quantitativamente a demanda pelos cursos ofertados, mas também interpretar os sentidos e as implicações dessas formações no contexto das políticas públicas educacionais.

Nesse percurso, a sistematização e análise dos dados institucionais da Fundação Cecierj permitiram traçar um panorama das tendências e desafios da formação continuada, ao mesmo tempo em que evidenciaram as potencialidades e os limites do método escolhido. É nesse contexto que se faz necessário explicitar as limitações inerentes à pesquisa.

2.1. Limitações Metodológicas

Cabe ressaltar algumas limitações do estudo. Primeiramente, a análise restringiu-se aos dados de inscrição, não contemplando informações sobre a permanência, o aproveitamento e a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos. Além disso, por se tratar de uma pesquisa documental, não foi possível captar a percepção dos próprios cursistas sobre a contribuição dos cursos para sua prática profissional. Tais limitações abrem caminhos para investigações futuras complementares, que poderiam adotar abordagens mistas, incorporando questionários, entrevistas ou grupos focais com egressos dos cursos analisados.

Ao considerar a formação docente como parte indissociável das políticas educacionais inclusivas, esta pesquisa se insere em um movimento que busca não apenas descrever a realidade, mas contribuir para a construção de outras possibilidades formativas. Dessa forma, a escolha pela pesquisa documental expressa um compromisso com o deciframento crítico das direções que vêm sendo assumidas na política de formação continuada em EaD, reafirmando a defesa de uma escola pública mais acessível, equitativa e socialmente referenciada.

Apesar das limitações apontadas, a análise dos dados institucionais permite identificar tendências relevantes sobre a procura e o perfil das formações em educação inclusiva ofertadas na modalidade

EaD pela Fundação Cecierj. A seguir, são apresentados e discutidos os principais resultados obtidos, com destaque para a evolução da demanda, as temáticas mais procuradas e os desafios e potencialidades identificados a partir do panorama construído.

3. Resultados e Discussão

A análise dos dados institucionais da Fundação Cecierj, referentes às matrículas nos cursos de extensão focados na área da Educação Especial e Inclusiva entre 2023.2 e 2025.1, possibilita traçar um panorama abrangente da demanda por formação continuada na modalidade de EaD, além de refletir sobre sua articulação com as práticas pedagógicas inclusivas.

Os dados coletados e sistematizados a partir das planilhas fornecidas evidenciam não apenas tendências quantitativas de matrícula, mas também apontam os temas que despertaram maior interesse entre os profissionais da educação, sinalizando desafios emergentes e necessidades de formação no contexto da implementação de políticas de inclusão escolar no Brasil.

Com o objetivo de facilitar a compreensão do leitor, os resultados estão organizados de modo a sinalizar claramente a alternância entre a descrição quantitativa dos dados (como números de inscrições, distribuição por cursos e períodos) e a análise qualitativa (interpretação dos sentidos, desafios e implicações desses dados para a formação docente e a prática pedagógica inclusiva).

Este tópico apresenta os resultados organizados em três seções complementares. Primeiro, são examinadas as tendências gerais de demanda por capacitação profissional em Educação Especial e Inclusiva, com análise da evolução temporal das matrículas e da distribuição de interesse entre diferentes áreas temáticas. Na sequência, explora-se a relação entre os cursos oferecidos e as necessidades pedagógicas práticas dos professores, buscando compreender de que forma essas ofertas educacionais respondem aos desafios das rotinas escolares inclusivas e se alinham aos marcos legais vigentes. Por fim, discutem-se os desafios específicos e as potencialidades da EaD na formação docente para a educação inclusiva, com reflexões sobre estratégias para ampliar o impacto dessas experiências de aprendizagem na prática educacional.

Essa abordagem favorece uma compreensão aprofundada de como a EaD tem se consolidado como caminho estratégico para a qualificação docente, ao mesmo tempo em que identifica oportunidades de aprimoramento para fortalecer sua contribuição na implementação de práticas educacionais verdadeiramente inclusivas.

As seções seguintes detalham essas descobertas, intercalando a apresentação dos dados com reflexões críticas sobre seus significados e implicações para as políticas de formação docente. Para tanto, a análise parte dos dados quantitativos de inscrição e, em seguida, realiza uma interpretação qualitativa sobre seus significados, alternando essas perspectivas ao longo do texto.

A seguir, são apresentados os principais resultados quantitativos, com destaque para a evolução das inscrições e a distribuição dos cursos ao longo dos períodos analisados.

3.1. Tendências de Demanda por Formação em Educação Inclusiva

A análise longitudinal dos dados de inscrição nos cursos de extensão do Programa de Formação Continuada de Professores da Fundação Cecierj revela padrões significativos que refletem não apenas o interesse dos profissionais da educação por formação em práticas inclusivas, mas também as dinâmicas

institucionais e contextuais que influenciam essa demanda. A **Tabela 1** apresenta o número total de inscrições por período letivo entre 2023.2 e 2025.1, permitindo identificar picos de adesão em 2024.1, 2024.3 e 2025.1 — todos com mais de 9 mil inscrições.

Em contraste, o trimestre 2024.2 registrou um número significativamente menor, o que pode estar relacionado à menor divulgação institucional naquele período. Essa oscilação evidencia o impacto de fatores contextuais na adesão às formações e aponta para a importância de estratégias consistentes de comunicação e engajamento com o público-alvo.

Tabela 1: Total de Inscrições por Período Letivo em todos os cursos de Extensão (2023.2 – 2025.1)

PERÍODO LETIVO	TOTAL DE INSCRIÇÕES
2023.2	4.637
2023.3	4.563
2024.1	9.265
2024.2	2.960
2024.3	9.730
2025.1	9.976

Fonte: Dados institucionais da Fundação Cecierj (2023-2025).

Observando os dados específicos dos cursos de Educação Especial e Inclusiva (EEI), podemos notar que alguns trimestres apresentam concentrações maiores de inscrições em cursos específicos. Em 2024.1, por exemplo, houve uma expressiva adesão ao curso “Plano educacional individualizado (PEI): princípios e elaboração” com 1.207 inscritos, enquanto em 2024.3 destacaram-se os cursos “Altas habilidades/superdotação e dupla excepcionalidade: AH/SD e TDAH” com 1.111 inscritos e “Acessibilidade curricular para a diversidade e inclusão social” com 1.105 inscritos. Em 2025.1, o curso “Autismo e altas habilidades/superdotação: desafios e possibilidades na educação” registrou 1.092 inscrições, evidenciando um interesse crescente em formações relacionadas às especificidades dos estudantes do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE)³.

Os períodos 2023.2 e 2023.3 apresentaram uma distribuição mais equilibrada de inscrições entre os cursos oferecidos, com destaque para “Introdução à Educação Especial na perspectiva inclusiva”, que somou 590 e 716 inscritos, respectivamente. Já o período 2024.2 registrou menor volume de inscrições nos cursos analisados, com números que não ultrapassaram 306 inscritos por curso. Analisando o total de inscrições específicas nos cursos de EEI (**Tabela 2**) por período é possível verificar ano a ano as flutuações de inscritos em EEI:

Tabela 2: Total de Inscrições por Período Letivo nos cursos de EEI (2023.2 – 2025.1)

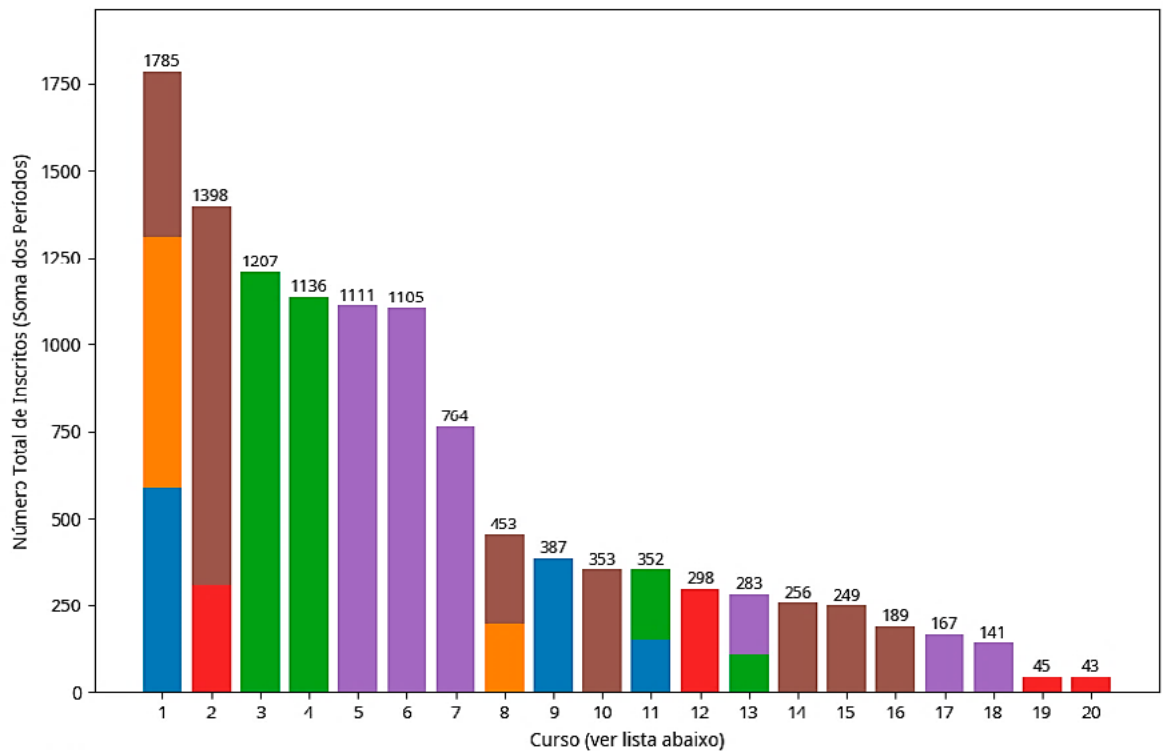
PERÍODO LETIVO	TOTAL DE INSCRIÇÕES
2023.2	1.128
2023.3	913
2024.1	2.650
2024.2	692
2024.3	3.465
2025.1	2.874

Fonte: Dados institucionais da Fundação Cecierj (2023-2025).

³ O Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) é composto por estudantes com deficiência (intelectual, física, auditiva, visual e múltipla), trans-torno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação. Essa classificação está fundamentada na *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (2008) e foi reafirmada em legislações posteriores, como a *Lei Brasileira de Inclusão* (Lei nº 13.146/2015). Os estudantes do PAEE têm direito ao *Atendimento Educacional Especializado* (AEE), de forma complementar ou suplementar ao ensino regular, com o objetivo de eliminar barreiras que comprometam seu processo de escolarização e assegurar sua plena participação no ambiente educacional.

Estes números, embora representem apenas uma parcela do total de inscrições em todos os cursos da Fundação Cecierj (que, conforme indicado na **Tabela 1**, chegam a mais de 9 mil em alguns trimestres), demonstram uma variação significativa na procura por formação específica em Educação Especial e Inclusiva, com picos notáveis em 2024.1, 2024.3 e 2025.1.

Além de analisar essas flutuações gerais, é possível identificar quais cursos concentraram maior interesse, evidenciando prioridades temáticas e possíveis lacunas na oferta formativa. O **Gráfico 2** apresenta o total de inscritos por curso de extensão, distribuídos por período letivo.



Lista de cursos:

- 1: Introdução à Educação Especial na Perspectiva Inclusiva
- 2: Autismo e Altas Habilidades/Superdotação: Desafios e possibilidades na Educação
- 3: Plano Educacional Individualizado (PEI): Princípios e Elaboração
- 4: Acessibilidade na Avaliação Escolar de alunos Público-Alvo da Educação Especial
- 5: Altas Habilidades/Superdotação e Dupla Excepcionalidade: AH/SD e TDAH
- 6: Acessibilidade Curricular para a Diversidade e Inclusão Social
- 7: Autismo e Transição para a Vida Adulta: Desafios e Oportunidades
- 8: Audiodescrição Didática
- 9: Defectologia: A psicologia de Vigotski na Educação Especial numa Perspectiva Inclusiva
- 10: Educação Especial Inclusiva na perspectiva do Desenho Universal para Aprendizagem
- 11: Tecnologia Assistiva aliada a recursos educacionais para pessoas com Deficiência Visual
- 12: Diversidade e Inclusão Educacional na perspectiva do Desenho Universal para Aprendizagem
- 13: Introdução à Audiodescrição
- 14: Comunicação Aumentativa e Alternativa: Princípios, Recursos e Práticas
- 15: Ledor e Transcritor
- 16: Inclusão de alunos surdos: Superando desafios da Comunicação
- 17: Recursos pedagógicos para alunos Cegos
- 18: Práticas pedagógicas para estudantes com Baixa Visão
- 19: Educação Bilingue de Surdos
- 20: Introdução em Orientação e Mobilidade para estudantes com Deficiência Visual

Períodos Letivos



Gráfico 2: Total de Inscritos por Curso de Extensão (Empilhado por Período: 2023.2 – 2025.1)

Fonte: Dados institucionais da Fundação Cecierj (2023-2025).

Nota-se uma expressiva concentração de inscrições em determinados cursos dentro desta área especializada, destacando-se “Introdução à Educação Especial na perspectiva inclusiva”, “Autismo e altas habilidades/superdotação: desafios e possibilidades na educação” e “Plano educacional individualizado (PEI): princípios e elaboração”. Somados, esses três cursos totalizaram 4.390 inscritos no período analisado, representando aproximadamente 37,5% do total de inscrições nos cursos de Educação Especial e Inclusiva. Este padrão evidencia a busca dos profissionais por temáticas diretamente relacionadas à elaboração de estratégias individualizadas e à compreensão das especificidades dos estudantes do PAEE.

As disciplinas de “Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA)” (256 inscritos) e “Audiodescrição Didática” (média de 226 inscritos por oferta) indicam demanda moderada por ferramentas técnicas, com inscrições proporcionais à quantidade limitada de vagas ofertadas devido à especificidade dos conteúdos. Vale destacar que essas disciplinas já eram ofertadas desde 2022.2, porém estavam previamente alocadas na área de concentração “Prática Docente”.

Como demonstram os dados, certos cursos registraram demanda notavelmente alta em períodos específicos. Na área de acessibilidade curricular, destacam-se os cursos Plano Educacional Individualizado (PEI): princípios e elaboração (1.207 matrículas em 2024.1) e Acessibilidade curricular para a diversidade e inclusão social (1.105 matrículas em 2024.3). No campo da cognição e altas habilidades, os maiores picos ocorreram nos cursos Altas habilidades/superdotação e dupla excepcionalidade (1.111 matrículas em 2024.3) e Autismo e altas habilidades/superdotação (1.092 matrículas em 2025.1).

A expressiva adesão ao curso sobre Plano Educacional Individualizado (PEI), especialmente no trimestre de 2024.1, evidencia que a formação inicial docente ainda não contempla plenamente as competências exigidas pela inclusão escolar. De acordo com Mascaro e Redig (2024), a elaboração de planos eficazes requer não apenas superar práticas pedagógicas padronizadas, mas também promover o trabalho colaborativo entre educadores, famílias e redes de apoio.

O PEI orienta o processo de ensino com base nas potencialidades e barreiras de cada estudante, por meio de estratégias personalizadas e recursos adaptados. A demanda crescente por essa formação revela o esforço dos professores em alinhar sua prática às exigências legais e ao compromisso ético com a equidade educacional.

Essa procura consistente indica que os docentes estão em busca de ferramentas aplicáveis à realidade escolar, capazes de unir diversidade e qualidade. A significativa demanda por cursos como o PEI revela a sintonia entre as exigências do cotidiano escolar e os princípios legais da inclusão, evidenciando o comprometimento docente com práticas que assegurem o direito à aprendizagem. Tal alinhamento reforça a importância de propostas formativas que integrem fundamentos teóricos e estratégias pedagógicas aplicáveis.

Após a análise quantitativa, passa-se à discussão qualitativa dos dados, buscando interpretar os sentidos dessas tendências e suas implicações para as práticas pedagógicas inclusivas.

3.2. Relação Entre Temas Ofertados e Práticas Pedagógicas Inclusivas

A diversidade temática presente nos cursos de extensão de Educação Especial e Inclusiva da Fundação Cecierj revela um esforço institucional em contemplar dimensões centrais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e dos direitos educacionais das pessoas com deficiência. Entre os cursos ofertados no período analisado, destacam-se propostas formativas que abordam diretamente eixos fundamentais para a educação inclusiva.

Embora a busca por cursos como Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA) tenha sido moderada (256 inscritos em 2025.1), ela sinaliza uma demanda específica por instrumentalização técnica. Docentes

buscam capacitação para viabilizar a participação ativa de estudantes não verbais, refletindo a urgência de estratégias que transcendam barreiras comunicativas no cotidiano escolar. Já na área de acessibilidade sensorial, os cursos de “Audiodescrição Didática” (com picos de 197 e 256 inscritos em 2023.3 e 2025.1, respectivamente) e “Introdução à Audiodescrição” (106 e 177 inscritos em 2024.1 e 2024.3) demonstram a preocupação com a produção de materiais acessíveis para estudantes com deficiência visual.

A acessibilidade curricular foi contemplada nos cursos “Acessibilidade na Avaliação Escolar de alunos Público-Alvo da Educação Especial”, “Acessibilidade Curricular para a Diversidade e Inclusão Social” e o já analisado “Plano Educacional Individualizado (PEI)”, todos fundamentais para a implementação de práticas verdadeiramente inclusivas no cotidiano escolar.

Na esfera da cognição e altas habilidades, os cursos sobre superdotação e autismo também ultrapassaram a marca de mil inscrições, evidenciando a necessidade de formação docente para atender às especificidades cognitivas diversas no contexto escolar. Por fim, abordando linguagem e identidade surda, o curso de “Educação Bilíngue de Surdos” registrou menor procura, com 45 inscritos em 2024.2.

Uma análise comparativa dos dados de inscrição revela tendências significativas na procura por formação continuada em Educação Especial e Inclusiva. Os cursos relacionados à acessibilidade curricular e altas habilidades demonstraram maior demanda, com ofertas que chegaram a ultrapassar 1.000 inscritos, representando aproximadamente 28% do total de inscrições nos cursos específicos de Educação Especial e Inclusiva analisados.

Em contrapartida, os cursos mais específicos, como “Educação Bilíngue de Surdos” (com apenas 45 inscritos em 2024.2) e “Orientação e Mobilidade” (43 inscritos), juntos representaram apenas cerca de 0,75% do total de inscrições nos cursos desta área. Este contraste sugere que pode haver uma discrepância entre as políticas de formação implementadas e as demandas efetivas das instituições escolares nestas áreas específicas.

A demanda consideravelmente menor pelo curso de “Educação Bilíngue de Surdos” merece uma reflexão específica, pois contrasta com a expressiva procura por formações como PEI e acessibilidade curricular. Esta disparidade pode estar relacionada a múltiplos fatores: a maior especificidade da área, que exige conhecimentos prévios em Língua Brasileira de Sinais (Libras); a existência de políticas formativas específicas para esse campo, como o Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005), que já determina a inclusão da Libras como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores; ou ainda, a concentração de profissionais especializados em escolas bilíngues ou com maior população de estudantes surdos.

A análise global da variedade temática das formações oferecidas revela aspectos fundamentais sobre o panorama das demandas formativas no campo da educação inclusiva. Esta diversidade de cursos não representa apenas uma oferta institucional variada, mas reflete uma compreensão ampliada da complexidade e multiplicidade das necessidades escolares referentes ao PAEE. Ao contemplar desde questões de comunicação alternativa até estratégias de acessibilidade curricular, o conjunto de formações evidencia um compromisso institucional com a capacitação docente em diferentes dimensões da prática inclusiva.

Vale destacar o curso “Introdução à Educação Especial na perspectiva inclusiva”, ofertado durante os três trimestres de 2023 e retomado em 2025.1, somando 1.785 inscritos no período analisado. Este dado aponta para a contínua procura por cursos teóricos que auxiliem o professor a compreender melhor os conceitos fundamentais da educação inclusiva, estabelecendo uma base conceitual sólida para práticas pedagógicas mais efetivas.

Ao propiciar reflexões sobre a adaptação do currículo, a produção de materiais acessíveis, o uso de tecnologias assistivas e a valorização das singularidades dos estudantes, os cursos da Fundação Cecierj cumprem uma função social estratégica: mobilizar o compromisso ético-político dos educadores com a

construção de uma escola pública mais justa, plural e acessível. Nesse sentido, os dados analisados não expressam apenas uma resposta a uma política formativa, mas evidenciam um movimento docente em busca de ferramentas que sustentem, na prática, o direito à educação como um direito de todos e de cada um.

Essa diversidade temática e a significativa adesão aos cursos analisados sugerem que a formação continuada em EaD tem se consolidado como estratégia relevante para o desenvolvimento profissional docente na área da inclusão. O mapeamento das tendências temáticas revela não apenas preferências formativas, mas também lacunas na formação inicial que demandam atenção das políticas públicas educacionais.

Os dados analisados evidenciam que os professores buscam prioritariamente ferramentas práticas e aplicáveis ao cotidiano escolar — como o PEI e estratégias de acessibilidade curricular — em detrimento de formações mais específicas e técnicas. Essa tendência sinaliza a emergência de um perfil docente que, ainda que comprometido com princípios inclusivos, necessita instrumentalização pedagógica para materializar tais princípios em práticas efetivas.

3.3. Desafios e Potencialidades da EaD na Formação de Professores

Analisando especificamente os cursos de extensão em Educação Especial e Inclusiva ofertados pela Fundação Cecierj, observa-se que o volume total de inscrições nesta área apresentou variações significativas entre os períodos, com picos notáveis em 2024.1 (2.650 inscrições), 2024.3 (3.465 inscrições) e 2025.1 (2.874 inscrições). Esta flutuação indica tanto a crescente demanda por formação específica neste campo quanto a resposta positiva a determinadas ofertas temáticas que dialogam diretamente com as necessidades cotidianas dos educadores.

Apesar de o aumento geral na procura por cursos de Educação Especial e Inclusiva nos períodos mais recentes, a distribuição das inscrições entre as disciplinas apresenta variações significativas que merecem análise mais aprofundada. Determinadas formações registram, em alguns períodos, número consideravelmente inferior de inscritos — como “Educação Bilíngue de Surdos” (45 inscritos em 2024.2) ou “Introdução em orientação e mobilidade para estudantes com deficiência visual” (43 inscritos em 2024.2) — mesmo diante da alta demanda geral por temas de inclusão. Essa oscilação pode estar relacionada a fatores como a especificidade da temática, a visibilidade institucional do curso, o momento do calendário escolar ou mesmo as condições de divulgação junto às redes públicas de ensino.

Tal cenário aponta para a necessidade de fortalecimento da articulação entre os programas formativos específicos de Educação Especial e Inclusiva e as redes de apoio pedagógico local. Essa articulação é fundamental para garantir que mais educadores tenham acesso à formação de qualidade, especialmente aqueles que atuam em territórios com menor infraestrutura ou distantes dos centros decisórios da política educacional, e que necessitam de conhecimentos mais específicos para sua atuação inclusiva.

Entre os desafios identificados na formação continuada via EaD para Educação Especial e Inclusiva, destacam-se a necessidade de adaptação das próprias plataformas digitais para garantir acessibilidade plena a todos os cursistas, a dificuldade de transpor conhecimentos teóricos para práticas concretas sem vivências presenciais e o risco de descontextualização dos conteúdos em relação às realidades escolares específicas.

Por outro lado, as potencialidades incluem o alcance territorial ampliado, a flexibilidade de horários para profissionais já sobrecarregados e a possibilidade de formação de comunidades virtuais de prática que podem sustentar mudanças mais duradouras nas culturas escolares.

Apesar dos desafios identificados, os dados evidenciam que a EaD vem se consolidando como uma alternativa concreta, acessível e relevante para a atualização profissional de professores, especialmente no campo da educação inclusiva. A modalidade EaD, quando concebida a partir de pressupostos pedagó-

gicos críticos e mediada por profissionais qualificados, possibilita o acesso ao conteúdo atualizado, flexibilidade de tempo e espaço, além da troca entre cursistas de diferentes regiões e realidades escolares.

Conforme argumentam Redig *et al.* (2021), a EaD pode assumir um papel formativo emancipador, sobretudo quando estruturada com base em práticas de diálogo, acolhimento e reconhecimento das singularidades dos docentes e dos contextos em que atuam. A experiência do “Curso de Aperfeiçoamento em Educação Especial e Inclusiva” ofertado pela Fundação Cecierj, analisada pelas autoras, demonstra que propostas formativas que vão além da mera transmissão de conteúdos e técnicas — promovendo espaços de reflexão, troca de experiências e construção coletiva de saberes — são essenciais para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e para o repensar da atuação docente em tempos de ensino remoto.

Campos e Mendes (2015) reforçam essa perspectiva ao analisarem experiências bem-sucedidas de formação continuada em EaD, destacando que a mediação qualificada, o protagonismo docente e a conexão com as demandas reais da escola são elementos decisivos para a efetividade dessas formações. No contexto da formação de professores para a educação inclusiva em cursos a distância, as autoras enfatizam que tal efetividade depende, ainda, da articulação entre teoria e prática, da adaptação curricular e do desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas que respondam, de fato, às necessidades concretas das escolas e de seus estudantes.

No contexto específico da formação para a educação inclusiva, pesquisas recentes (Junger *et al.*, 2023; Ferreira *et al.*, 2024) evidenciam que os ambientes virtuais de aprendizagem podem potencializar não apenas a aquisição de conhecimentos teóricos, mas também o desenvolvimento de competências práticas, por meio de recursos como simulações, estudos de caso e fóruns de discussão. Tais recursos, quando bem planejados, favorecem a problematização da realidade e a construção de estratégias pedagógicas contextualizadas e acessíveis.

A formação continuada, como destacam Junger *et al.* (2023), constitui-se como estratégia essencial para a superação de limitações pedagógicas, especialmente quando aliada ao uso crítico e contextualizado das tecnologias digitais, potencializando a atualização docente e a dinamização das práticas pedagógicas inclusivas. A permanência e o aproveitamento dos cursistas estão diretamente relacionados à intencionalidade pedagógica da proposta, à qualidade da mediação, à acessibilidade dos materiais e à valorização dos saberes docentes.

Nesse sentido, a capacitação docente em EaD, especialmente quando voltada à inclusão, precisa dialogar com o cotidiano das escolas públicas, reconhecer os desafios enfrentados pelos professores e oferecer subsídios concretos que possam ser aplicados nos processos de ensino e aprendizagem. A análise dos dados de inscrição nos cursos específicos de Educação Especial e Inclusiva evidencia que, quando os cursos estabelecem essa correlação direta com as necessidades práticas — como demonstrado pelo expressivo número de inscritos em formações sobre PEI e acessibilidade curricular — a adesão docente se intensifica significativamente.

Os resultados deste estudo também indicam a necessidade de políticas institucionais que promovam a permanência dos cursistas, desde o desenvolvimento de um desenho instrucional acessível até a adoção de estratégias de acompanhamento personalizado que reconheçam as especificidades dos diferentes contextos escolares. O potencial transformador da formação via EaD não se limita à qualidade dos conteúdos e mediações, mas também envolve a criação e o fortalecimento de comunidades de prática — espaços colaborativos que incentivam a troca de experiências e o apoio mútuo entre docentes, contribuindo para mudanças mais duradouras nas culturas escolares e para a superação do isolamento comumente enfrentado em contextos inclusivos.

Dessa forma, reafirma-se a importância da EaD como política pública comprometida com o direito à educação de qualidade, ao mesmo tempo em que se evidencia a urgência de investimentos contínuos para o seu aprimoramento pedagógico e estrutural. O monitoramento sistemático das tendências de inscrição nos cursos específicos de Educação Especial e Inclusiva, associado a estudos qualitativos sobre o impacto das formações nas práticas cotidianas, pode contribuir significativamente para o planejamento estratégico de políticas formativas cada vez mais alinhadas às demandas concretas da escola inclusiva brasileira.

4. Conclusão

A análise da demanda e das temáticas dos cursos de extensão em EaD do Programa de Formação Continuada de Professores na área de concentração da Educação Especial e Inclusiva ofertados pela Fundação Cecierj entre 2023.1 e 2025.1 evidencia a crescente relevância da formação continuada como estratégia fundamental para a qualificação docente frente aos desafios da inclusão escolar.

Os dados revelam um movimento expressivo de professores em busca de subsídios para aprimorar suas práticas, especialmente em temas como a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), acessibilidade curricular, introdução aos conceitos da educação inclusiva e o atendimento a estudantes com altas habilidades/superdotação. Esta procura reflete não apenas as urgências impostas pelo cotidiano escolar, mas também a necessidade de adequação aos marcos legais vigentes, como a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008).

A diversidade temática dos cursos analisados, abrangendo desde a “Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA)” até a “Educação Bilíngue de Surdos”, demonstra o esforço institucional da Fundação Cecierj em contemplar as múltiplas dimensões do AEE. Contudo, as oscilações na procura por determinados cursos sugerem a necessidade de aprimoramento contínuo nas estratégias de divulgação e articulação com as redes de ensino, visando garantir que a formação alcance um público mais amplo e diversificado de educadores, particularmente aqueles que atuam em contextos de maior vulnerabilidade socioeducacional.

A EaD consolida-se como modalidade estratégica para a democratização do acesso à formação docente, conforme evidenciado pela experiência da Fundação Cecierj durante a pandemia (Dutra *et al.*, 2021). Essa perspectiva é reforçada por Redig *et al.* (2021), que destacam seu potencial emancipatório se estruturada em princípios pedagógicos críticos, como o diálogo e a valorização dos saberes docentes. No entanto, seu potencial emancipatório depende intrinsecamente da adoção de pressupostos pedagógicos críticos, que valorizem a escuta sensível (Dutra *et al.*, 2022), a empatia, a mediação qualificada e a conexão com os saberes e as realidades dos professores cursistas. A formação em EaD precisa transcender a mera transmissão de conteúdos, configurando-se como espaço de diálogo, reflexão sobre a prática e construção colaborativa de conhecimentos.

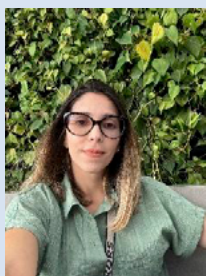
Diante da limitação do estudo, que se restringe à análise das inscrições, recomenda-se que futuras investigações aprofundem os impactos dessas formações por meio de abordagens qualitativas e mistas. Tais estudos podem incluir o acompanhamento longitudinal de egressos, a realização de entrevistas semiestruturadas, a análise de relatos de experiência e a aplicação de questionários que investiguem como os conteúdos e estratégias abordados nos cursos têm sido incorporados às práticas pedagógicas. Essa ampliação permitiria uma compreensão mais robusta da contribuição das formações para a efetivação de práticas inclusivas no cotidiano escolar.

Apesar de os dados analisados se restringirem às inscrições nos cursos, reconhece-se a necessidade de aprofundar a compreensão sobre os impactos concretos dessas formações nas práticas pedagógicas dos professores, por meio de abordagens qualitativas e mistas. Tais estudos podem incluir o acompanhamento longitudinal de egressos, a realização de entrevistas semiestruturadas, a análise de relatos de

experiência e a aplicação de questionários que investiguem como os conteúdos e estratégias abordados nos cursos têm sido incorporados às práticas pedagógicas. Essas abordagens qualitativas e mistas permitiriam avaliar de forma mais robusta as contribuições efetivas dos cursos para a transformação das práticas docentes e para a promoção de ambientes escolares mais inclusivos.

Conclui-se, portanto, que a formação continuada em EaD desempenha papel estratégico na efetivação de políticas de educação inclusiva, mas sua efetividade requer investimentos contínuos em qualidade pedagógica, acessibilidade e articulação interinstitucional. Para garantir o impacto efetivo dessas formações, é essencial que as instituições promotoras adotem estratégias de monitoramento e avaliação contínua, que permitam identificar não apenas os índices de participação, mas também os resultados concretos na transformação das práticas docentes e na melhoria da qualidade da educação oferecida aos estudantes PAEE. Pesquisas futuras poderiam aprofundar a análise dos impactos dessas formações na prática docente, por meio de estudos de caso ou acompanhamento longitudinal dos egressos, bem como investigar a percepção dos próprios cursistas sobre os desafios e potencialidades da EaD para sua qualificação profissional no campo da inclusão.

Biodados e contatos dos autores



REDIG, A. G. é Doutora e Mestre em Educação pelo ProPEd/UERJ. Professora Associada do Departamento de Estudos em Educação Inclusiva e Continuada da Faculdade de Educação da UERJ, Professora do quadro permanente do ProPEd/UERJ. Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Laboratório de Pesquisas em Educação Especial: aspectos educacionais e psicossociais – LAPEE”.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã, 12º andar, sala 12117 bloco F. Rio de Janeiro – RJ. Brasil – Cep 20550-900.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3610-5333>

E-mail: annieredig@yahoo.com.br



JOSÉ, A. B. é Doutor em Bens Culturais e Projetos Sociais pela FGV CPDOC-RJ. Professor Docente I da Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC-RJ) atuante no Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado (NAPES). Especialista de Educação Supervisor de Ensino da Secretaria Municipal de Educação de Pirai-RJ (SME-Pirai). Tutor de Estágio no IFSP-SP e Coordenador de Disciplina na Fundação CECIERJ-RJ na área de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

Fundação Getúlio Vargas (FGV CPDOC). Escola de Ciências Sociais. Praia de Botafogo, 190, 14º andar. Rio de Janeiro – RJ – CEP: 22250-145.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6448-4495>

E-mail: alexandrebotelhojose@gmail.com



PEREIRA, A da S. M. é Doutoranda em Educação pelo ProPEd/UERJ. Professora Docente I (SEEDUC/RJ). Professora Itinerante da Educação Especial (SEMED/NI).

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rua São Francisco Xavier, 524, Maracanã, 12º andar, sala 12117 bloco F. Rio de Janeiro – RJ. Brasil – Cep 20550-900.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7578-2594>

E-mail: adri38pereira@gmail.com

Referências Bibliográficas

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e atualizada. 5. Ed. Lisboa: Edições 70, 2021.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm - Acesso em: 3 maio 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, p. 28, 23 dez. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm - Acesso em: 3 maio 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Seção 1, p. 2. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm - Acesso em: 10 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- CAMPOS, M. L. I. L.; MENDES, E. G. Formação de professores para a educação inclusiva em cursos à distância: um estudo de campo documental. **Revista Cocar**, [S. l.], n. 1, p. 209–228, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/625> Acesso em: 3 maio. 2025.
- DUTRA, F. B. S.; *et al.* Formação Online em Educação Inclusiva: um Levantamento Temático de Pesquisas Educacionais. **EaD em Foco**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. e1899, 2022. DOI: 10.18264/eadf.v12i2.1899. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/1899> - Acesso em: 16 abr. 2025.
- DUTRA, F. B. S.; *et al.* Reformulação da Educação a Distância em Tempos de Pandemia: a experiência do curso de Educação Especial e Inclusiva da Fundação Cecierj. **EaD em Foco**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2021. DOI: 10.18264/eadf.v11i2.1253. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/1253> - Acesso em: 3 maio. 2025.
- FAVERO, A.; CENTENARO, J. B. A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites. **Contrapontos**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 170-184, jan. 2019. DOI: 10.14210/contrapontos.v19n1.p170-184. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-71142019000100170&lng=pt&nrm=iso - Acesso em: 16 abr. 2025.
- FERREIRA, A. M.; *et al.* Formação Continuada para professores na Educação Especial e Inclusiva: um caminho para a equidade na aprendizagem. **REVISTA FOCO**, [S. l.], v. 17, n. 7, p. e5478, 2024. DOI: 10.54751/revistafoco.v17n7-059. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/5478> - Acesso em: 3 maio. 2025.
- JUNGER, A. P.; *et al.* Formação Continuada, Tecnologias Digitais e Educação Especial: uma necessidade favorável aos processos de ensino e aprendizagem na contemporaneidade. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 16, n. 5, p. 2675–2690, 2023. DOI: 10.55905/revconv.16n.5-043. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/688> - Acesso em: 3 maio. 2025.
- MASCARO, C. A. A. de C.; REDIG, A. G. **Documento norteador para implementação do Plano Educacional Individualizado** – PEI para o alfabetramento: primeiros passos. Ponta Grossa, PR: Atena, 2024. DOI: 10.22533/at.ed.083242805

REDIG, A. G.; MASCARO, C. A. A. C. Formação Docente na perspectiva da Educação Inclusiva pelo viés do Instagram. **Interfaces Científicas – Educação**, v. 10 n. 3, p. 133–144, 2021. DOI: 10.17564/2316-3828.2021v10n3p133-144. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/issue/view/355> - Acesso em: 20 abr. 2025.

REDIG, A. G. *et al.* Formação continuada docente em EaD em tempos de pandemia: contribuições para a prática pedagógica na perspectiva da educação inclusiva. **EaD em Foco**, [S.l.], v. 10, n. 3, 2021. DOI: 10.18264/eadf.v10i2.1230. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/view/1230> - Acesso em: 24 abr. 2025.